

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

AO SR. PREGOEIRO do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
- IFAM

[e-mail: licita@ifam.edu.br](mailto:licita@ifam.edu.br)

Manaus/AM, 23 de Janeiro de 2024.

Impugnante: T N NETO LTDA.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 (Processo Administrativo nº 23443.005023/2024-82)

T N NETO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.032.014/0001-92, com sede na Av. Silves, nº 1344, bairro Raiz, CEP 69.068-010, em Manaus/AM, por seu representante legal que ao final subscreve, vem à presença de Vossa Senhoria

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, o que faz nos seguintes termos.

1. DAS RAZÕES PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

1.1. DO QUANTITATIVO DE SERVIÇOS

No edital, especificamente no item relacionado ao modelo de execução do objeto, está previsto:

5.1.2.1. A execução do objeto para Serviço de Manutenção Preventiva seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2.1.1. A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento;

5.1.2.1.2. A execução dos serviços de manutenções preventivas deverá seguir conforme o planejado no PMOC;

5.1.2.1.3. As manutenções preventivas não dependerão de Ordens de Serviços para a sua execução devido a existência do PMOC;

E ainda:

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



5.1.2.1.8. Além dos serviços acima, caberá à Contratada a execução de outras ações recomendadas pela boa técnica, e pelos fabricantes dos produtos e equipamentos, de forma a atender a satisfatória manutenção, buscando assim realizar a manutenção preventiva conforme PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle.

5.1.2.7. Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC

5.1.2.7.1. A empresa deverá elaborar um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC para cada local.

5.1.2.7.2. O PMOC deverá ser entregue com ART ou TRT em até 20 (vinte) dias contados da assinatura do contrato.

5.1.2.7.3. O PMOC deverá ter Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no CREA ou Termo de Responsabilidade Técnica registrado no CFT.

5.1.2.7.4. O plano de manutenção deve conter no mínimo os seguintes controles:

5.1.2.7.4.1. Identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados;

5.1.2.7.4.2. Descrição das atividades a serem desenvolvidas e a periodicidade destas;

5.1.2.7.4.3. Recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência;

5.1.2.7.4.4. Procedimento de manutenção para cada casa de máquina e cada tipo de equipamento com as respectivas periodicidades de acordo com as instruções do fabricante;

5.1.2.7.4.5. Mapa de programação das atividades para cada sala de máquina e cada equipamento;

Muito embora constem todas essas disposições, ao final a quantidade de serviços está absolutamente fora da realidade dos locais ao indicar manutenções apenas **semestrais** em cada aparelho.

O PMOC possui toda uma legislação de regência, além de depender efetivamente da análise do engenheiro responsável pela elaboração do Plano e que assinará a ART, dos locais, dos serviços a serem executados nos aparelhos e a periodicidade, respeitando-se sempre os padrões mínimos definidos pela legislação.

Por exemplo, no caso do órgão relativo ao GRUPO 13 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL (CMDI), a licitante pode falar com propriedade dos quantitativos. É atualmente a prestadora de serviços no local e possui PMOC elaborado e atualmente executado confirmando as quantidades necessárias (Anexo o referido PMOC).

O mesmo ocorre no caso do IFAM Zona Leste, no qual esta empresa também executa os serviços e tem PMOC aprovado (Anexo o referido PMOC).

São todos documentos que comprovam a quantidade necessária de serviços e periodicidade das manutenções. Servem também para as demais unidades ora licitadas, na medida em que os aparelhos, utilização e estrutura são similares.



Fato é que as quantidades de serviço estão subdimensionadas e, ao deixar de realizar as manutenções nas periodicidades devidas, o IFAM pode incorrer em infrações sanitárias.

A previsão inicial de manutenção preventiva parece ser semestral e foge ao definido na legislação.

A execução dos serviços deve observar a legislação específica, especialmente Lei n.º 13.589/2018, **a Resolução nº 09/2003 da ANVISA e a Portaria nº. 3523 do Ministério da Saúde. Essas normas que balizarão o PMOC e a definição dos serviços a serem realizados.**

De acordo com as informações específicas de atendimento do PMOC estabelecidas na Resolução da ANVISA nº 09/2003 e anexo:

Resolução nº 09/2003 da ANVISA, DOU 20/01/2003:

Os padrões referenciais adotados complementam as medidas básicas definidas na Portaria GM/MS n.º 3.523/98, de 28 de agosto de 1998, para efeito de reconhecimento, avaliação e controle da Qualidade do Ar Interior nos ambientes climatizados. Deste modo poderão subsidiar as decisões do responsável técnico pelo gerenciamento do sistema de climatização, quanto a definição de periodicidade dos procedimentos de limpeza e manutenção dos componentes do sistema, desde que asseguradas as frequências mínimas para os seguintes componentes, considerados como reservatórios, amplificadores e disseminadores de poluentes.

Componente	Periodicidade
Tomada de ar externo	Limpeza mensal ou quando descartável até sua obliteração (máximo 3 meses)
Unidades filtrantes	Limpeza mensal ou quando descartável até sua obliteração (máximo 3 meses)
Bandeja de condensado	Mensal*
Serpentina de aquecimento	Desencrustação semestral e limpeza trimestral
Serpentina de resfriamento	Desencrustação semestral e limpeza trimestral
Umidificador	Desencrustação semestral e limpeza trimestral
Ventilador	Semestral
Plenum de mistura/casa de máquinas	Mensal

A legislação possui especificação quanto à periodicidade dos serviços que serão definidas no PMOC e para a maior parte dos casos a periodicidade de serviços é mensal (unidades filtrantes não descartáveis e bandeja de condensado). No caso da presente licitação, verifica-se que as quantidades estimadas pelo edital estão aquém do necessário e irão gerar um problema futuro.

Pelas características do local e dos aparelhos, no mínimo serão exigidas no PMOC a **periodicidade mensal de execução de manutenção preventiva**. Isso significa a necessária previsão de **pelo menos 12 unidades de serviço por equipamento do órgão**, sendo certo que as quantidades que estão sendo licitada não são suficientes.

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



Mesmo considerando o caráter estimado das quantidades e as disposições, fato é que uma eventual correção fugirá completamente aos parâmetros razoáveis. Um aparelho que deveria receber **12 serviços está sendo estimado no edital para receber apenas 2**. Uma retificação para sextuplicar as quantidades de serviços desnatura completamente o contrato e foge ao parâmetro de retificação disposto no edital.

Por ser atual prestadora de serviços no IFAM, T N NETO passou por situação similar ao início de um dos contratos e que foi submetida à análise da Procuradoria Federal junto ao órgão. Veja-se abaixo o essencial:

PARECER n. 00458/2023/NLC/ETRLIC/PGF/AGU

NUP: 23857.000215/2021-98 INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAM

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

(...)

QUESITO [7]: A EMPRESA ALEGA QUE POR FORÇA DA LEI NÃO PODERÁ INTERROMPER AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS MENSAS (CONFORME SOLICITAMOS ATÉ SOLUÇÃO DA LIDE). ELA ESTÁ 'QUERENDO IMPOR' À ADMINISTRAÇÃO QUE SEJAM REALIZADAS AS MANUTENÇÕES MENSAS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO PMOC. HAVERIA ALGUMA OUTRA RECOMENDAÇÃO JURÍDICA?

(...)

46. A título de orientação, alerta-se que o não cumprimento do Regulamento Técnico configura infração sanitária, sujeitando o proprietário ou locatário do imóvel ou preposto, bem como o responsável técnico, quando exigido, às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de outras penalidades previstas em legislação específica

CONCLUSÃO

48. Em face do exposto, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica deste órgão de consultoria, manifesta-se esta Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos, cujas conclusões podem ser assim sintetizadas:

(...)

q) Não é possível o ajuste do preço, conforme pretendido pela Administração. Para a correção de suposta falha de planejamento da licitação, deve o gestor avaliar as possibilidades de rescisão/anulação do contrato, seguida da abertura de nova licitação;

r) Na nova licitação, recomenda-se que a equipe de planejamento seja conduzida por servidor com habilitação profissional em engenharia e/ou em técnica industrial[4], com a juntada da respectiva responsabilidade técnica [5], bem como a adoção dos modelos padronizados da AGU de pregão por serviços comuns de engenharia, da lista de verificação específica para serviço de engenharia, observando-se ainda a orientação do TCU no Acórdão 2573/2019-TCU-Plenário;

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



E ainda no mesmo Parecer:

QUESITO [1]: POR UM LADO, TEMOS UM EDITAL QUE FEZ A PREVISÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS TRIMESTRAIS (CONF. JUSTIFICADO NO ITEM 2.2 SUPRA), E QUE TEM EM SEU OBJETO A IMPLANTAÇÃO DE UM PMOC (CONFORME LEGISLAÇÃO). POR OUTRO LADO, TEMOS A ARGUMENTAÇÃO DA CONTRATADA, QUE POR FORÇA DA LEI, DEVERÁ CUMPRIR O PMOC QUE CONTEMPLA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS MENSAS E SEMESTRAIS. O QUE DEVE PREVALECER? O EDITAL (PREV. TRIMESTRAL) OU A EXECUÇÃO DO PMOC (PREV. MENSAL E SEMESTRAL) CONF. A LEI (RESOLUÇÃO Nº 09/2003 DA ANVISA E A PORTARIA Nº. 3523 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE)?

10. O serviço de manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes é regulado pela LEI Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018.

11. A mencionada lei determina que todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes (art. 1º).

12. Os sistemas de climatização e seus Planos de Manutenção, Operação e Controle - PMOC devem obedecer a parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, em especial no que diz respeito a poluentes de natureza física, química e biológica, suas tolerâncias e métodos de controle, assim como obedecer aos requisitos estabelecidos nos projetos de sua instalação (art. 3º).

13. Os padrões, valores, parâmetros, normas e procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, são os regulamentados pela Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA , e posteriores alterações, assim como as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (art. 3º, parágrafo único).

Pelo exposto, necessário reformular o edital para contemplar quantidade suficiente de manutenção preventiva por equipamento, **periodicidade mensal**, haja vista que há um mínimo necessário conforme PMOC e periodicidade de serviços definida na legislação.

1.2. DA INDEVIDA EXIGÊNCIA DE INMETRO

Para surpresa dos licitantes, o órgão incluiu no edital requisito que não guarda compatibilidade com os serviços ora licitados. Veja-se:

4.3. A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta comercial, sob pena de desclassificação, laudo ou relatório de ensaio emitido por laboratório reconhecido pelo INMETRO, atestando que os suportes em aço galvanizado das unidades condensadoras atendem os requisitos do Anexo C da NBR 16.655-1. Os suportes das unidades

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



condensadoras deverão ser confeccionados em aço galvanizado, com pintura Epóxi, em medidas compatíveis com as capacidades de cada aparelho, preparado assim para suportar seus respectivos pesos

São três os problemas do requisito:

- i) Os aparelhos já estão instalados e são de propriedade do IFAM, a quem compete a responsabilidade pela obtenção de laudos e ensaios dessa natureza; não guarda relação com o serviço ora licitado e executado pelas empresas;
- ii) A NBR tem relação com os serviços executados em unidades e espaços residenciais, não se aplicando ao presente caso;
- iii) Nem de longe representa critério especial e necessário definido em lei e que poderia ser incluído discricionariamente pelo gestor no certame. Trata-se objetivamente de restrição ilegal à participação.

Conforme consta já na capa da NBR:



Sem qualquer aplicação aos serviços de manutenção aqui licitados.

A legislação incidente no presente serviço é aquela já citada sobre PMOC, especialmente Lei nº 13.589/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes:

Art. 1º Todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



§ 1º Esta Lei, também, se aplica aos ambientes climatizados de uso restrito, tais como aqueles dos processos produtivos, laboratoriais, hospitalares e outros, que deverão obedecer a regulamentos específicos.

§ 2º (VETADO).

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - ambientes climatizados artificialmente: espaços fisicamente delimitados, com dimensões e instalações próprias, submetidos ao processo de climatização por meio de equipamentos;

II – sistemas de climatização: conjunto de instalações e processos empregados para se obter, por meio de equipamentos em recintos fechados, condições específicas de conforto e boa qualidade do ar, adequadas ao bem-estar dos ocupantes; e

III – manutenção: atividades de natureza técnica ou administrativa destinadas a preservar as características do desempenho técnico dos componentes dos sistemas de climatização, garantindo as condições de boa qualidade do ar interior.

Art. 3º Os sistemas de climatização e seus Planos de Manutenção, Operação e Controle - PMOC devem obedecer a parâmetros de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, em especial no que diz respeito a poluentes de natureza física, química e biológica, suas tolerâncias e métodos de controle, assim como obedecer aos requisitos estabelecidos nos projetos de sua instalação.

Parágrafo único. Os padrões, valores, parâmetros, normas e procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, são os regulamentados pela Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e posteriores alterações, assim como as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

E também não há qualquer justificativa técnica para a exigência. Como se sabe, em termos de requisitos de licitação, deve ser exigido o estritamente necessário para a comprovação de capacidade para execução do objeto, mostrando-se irregulares requisitos que não sejam compatíveis com o serviço e que se mostrem apenas instrumentos de restrição à participação/competição.

Nos termos da lei de licitações, 14.133, tais exigências seriam viáveis apenas nos casos dos proponentes estarem apresentando produtos em suas propostas: ou seja, típicas licitações de aquisição e somente para esse caso específico e justificado tecnicamente:

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

Acórdão

E na posição do TCU:

Acórdão 445/2016-TCU-Plenário, Pedido de Reexame, Relator Ministro Raimundo Carreiro

Enunciado

É lícito a Administração exigir, como critério de aceitação das propostas, que os produtos de informática ofertados pelos licitantes cumpram os requisitos técnicos previstos na Portaria Inmetro 170/2012. Todavia, não pode ser exigida a certificação correspondente, pois constitui modalidade voluntária de certificação, cuja emissão depende de requerimento do fabricante dos produtos, o qual não tem obrigação legal de fazê-lo.

Texto

Pedido de Reexame, em sede de representação, questionou acórdão do TCU que considerara ilegal a exigência de certificação na forma da Portaria Inmetro 170/2012. No caso concreto, a exigência da referida certificação fora feita a título de documentação técnica a ser apresentada pelo proponente primeiro classificado, não se tratando, portanto, de exigência para habilitação. Reconheceu o relator que "há precedentes neste Tribunal que consubstanciam o entendimento de que a exigência de apresentação de certificações com base na Portaria 170 do Inmetro e no Decreto 7.174/10 é permitida em licitações como requisito dos bens a serem adquiridos, e não como critério de habilitação", a exemplo dos Acórdãos 1225/2014 e 165/2015 Plenário. No entanto, ponderou o relator que a exigência de documentação técnica feita no edital "pelo menos em tese, pode constituir óbice para competitividade do certame. Isso se dá pelo fato de que, apesar do fato de a emissão do documento não estar vinculada a nenhuma instituição certificadora específica, e de se ter como objetivo a demonstração da

CNPJ. 23.032.014/0001-92

Av. Silves, nº 1344 – Raiz, Manaus - Amazonas

(92) 3237-4050 @tnrefrigeracao@gmail.com



adequação técnica do objeto ofertado, o estabelecimento da exigência de certificação de adequação técnica segundo normas do Inmetro, como único meio de comprovação do cumprimento dos requisitos do produto, a meu ver, pode representar uma restrição indevida do universo potencial de licitantes". Frisou o relator que "a Portaria nº 170, de 10 de abril de 2012, estabeleceu, sob a modalidade de certificação voluntária, os requisitos técnicos para produtos de informática, uma vez que tal avaliação de conformidade tem como única finalidade informar e atrair o consumidor. Efetivamente, não se trata de uma certificação compulsória (obrigatória), pois não é resultante do exercício do poder de polícia da autarquia. Logo, é razoável que a Administração exija dos licitantes que os produtos por eles ofertados cumpram os requisitos técnicos previstos na referida norma, mas não podem ser obrigados a apresentar a certificação correspondente, pois ela é emitida por requerimento do fabricante, que não tem nenhuma obrigação legal de fazê-lo". Conhecendo do Pedido de Reexame, o ministro relator votou pela negativa de provimento, sendo seguido pelo Plenário. Acórdão 445/2016 Plenário, Pedido de Reexame, Relator Ministro Raimundo Carreiro

Pelo exposto, absolutamente incompatível com a natureza do objeto, sendo necessário que reforme o edital para excluir o referido requisito.

2. DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente **IMPUGNAÇÃO conhecida e provida**, para reformular o edital nos moldes acima indicados, especialmente:

- I. Revisar a formatação da licitação e alterar quantidades estimadas, ou seja, **12 manutenções preventivas por ano para cada aparelho** a fim de atender à real necessidade dos serviços, dessa forma contemplando quantidade suficiente de manutenção preventiva por equipamento, com periodicidade minimamente mensal, **deixar a cargo do responsável técnico os serviços que devem ser realizados nos aparelhos**, haja vista que já há um mínimo necessário de serviços e de periodicidade de serviços definida na legislação do PMOC;
- II. Retirar do edital a cláusula 4.3 relativa a laudo da NBR 16655-1, por ser absolutamente incompatível com o serviço licitado, impertinente e representar restrição indevida à participação;

Nestes Termos

P. Deferimento

